

1 Ata da reunião da comissão e convidados do Programa Prefeito Amigo da Criança. Aos dezenove dias
2 do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, no auditório do Centro Público de Emprego, situado a
3 Rua D. Pedro II, Centro Histórico, Município de Santos, às 9h15, reuniram-se comissão e convidados
4 do Programa Prefeito Amigo da Criança, cuja presença está referendada em lista acostada a esta ata.
5 O objetivo da reunião era além de apresentar o mapa do Orçamento Criança e Adolescente validado
6 pelo Senhor Prefeito Paulo Alexandre Barbosa e Senhor Presidente do Conselho Municipal dos
7 Direitos da Criança e do Adolescente Edmir Santos Nascimento, apresentar os mapas de políticas
8 sociais referentes à Acesso à Educação de Qualidade, Promoção de Vidas Saudáveis e Proteção em
9 Situação de Risco. No primeiro momento, da explanação pela Senhora Suzete Faustina dos Santos,
10 chefe do Departamento de Articulação da Secretaria de Relações Institucionais e Cidadania, foi
11 reafirmado que os dados inseridos referem-se ao ano calendário dois mil e dezesseis, exercício dois mil
12 e dezessete e que foram retirados do sistema Business Intelligence, conhecido conforme pronuncia de
13 suas iniciais “Biai”, compilados ao longo do ano pela Secretaria de Finanças, que balizam a Lei
14 Orçamentária Anual e que por isso fazia-se necessário o conhecimento e acompanhamento de todos
15 para que as dúvidas entre valores orçados e executados, aparentemente desalinhados em algumas sub-
16 funções das áreas em tela, a saber, Saúde, Educação e Proteção pudessem ser analisados e
17 posteriormente conversados com os responsáveis diretos das referidas sub- áreas, que nem sempre são
18 as pastas de referência. Isto porque os serviços são diversos e em vários momentos entrelaçam-se
19 com outras secretarias. Como todos já haviam recebido por email o relatório, Orçamento Criança e
20 Adolescente consolidado, foi apenas explicado o significado de alguns conceitos e como o mesmo
21 deveria ser lido para melhor entendimento. Na ocasião foi chamada a atenção para alguns orçamentos
22 que, aparentemente foram utilizadas, em porcentual, quantidades extremamente inferiores ao orçado,
23 com destaque para saneamento urbano, que aponta para utilização de apenas um por cento do valor
24 orçado. Situação também verificada no programa referente ao período de apuração dois mil e treze,
25 dois mil e dezesseis. Fato este que vai ser alvo de solicitação de análise junto aos responsáveis por esta
26 sub-área. Posto isto, passou-se a análise dos mapas sociais que devem ser enviados a Fundação Abrinq
27 até o próximo dia trinta e um de janeiro. Iniciou-se pela Educação, por estar totalmente respondido e
28 não haver dificuldades de responder ao questionário. A explanação foi feita pela Senhora Fabiana
29 Riveiro, chefe da Sessão de Educação Infantil da Secretaria de Educação do Município. Conforme já
30 havia sido adiantado, a questão número cinco, está com o item a ser assinalado totalmente em
31 desacordo com Leis Federais, pois não há possibilidade de ter lista de espera na pré-escola. Sendo que
32 uma das possibilidades corretas poderia ser: Nenhuma das anteriores, complementando com a
33 informação que a partir de 2016, o município atende a todas as crianças da pré-escola, não tendo lista
34 de espera, devido à obrigatoriedade imposta por Lei Federal. Porém, o fato já foi informado a Senhora
35 Julianne, responsável Abrinq pela área da Cidade, que reconheceu o equívoco e solicitou dois dias
36 para que os técnicos da Fundação pudessem fazer a devida correção. Outra situação apontada é que
37 em razão de algumas questões caberem mais de uma resposta, que haveria necessidade de ter a opção
38 *outros* com a devida informação do que seria “outros” ou a possibilidade de assinalar mais de uma
39 resposta; fato que só é permitido em algumas questões, ou melhor especificando, nas que as respostas
40 são marcadas em quadrados, impossibilidade das respostas que são grafadas nos círculos. Não
41 havendo dúvidas no mapa da Educação, o próximo mapa a ser analisado, foi o de Vidas Saudáveis, que
42 conforme avisado inicialmente estava com parte da análise prejudicada, pois, não havíamos recebido o
43 retorno da Secretaria de Saúde e não havia Representante, legalmente constituído, da mesma na
44 presente reunião. As questões de um a treze, não foram analisadas no momento em razão deste fato.
45 Embora muitas questões poderiam ser respondidas por algumas pessoas da comissão e convidados,
46 ficou acordado que aguardaríamos a manifestação da Secretaria de Saúde. Por fim, foi analisado o
47 Mapa Social de Proteção em situações de risco, onde muitas dúvidas foram levantadas inclusive por
48 termos utilizados pela Fundação Abrinq, sendo que o item 14.1.1 da questão 14 foi totalmente refutado
49 a utilização da palavra *prostituição*, como referência a atividade desenvolvida por crianças e
50 adolescentes em situação de trabalho infantil, o termo utilizado deve ser *abuso/exploração sexual*
51 infantil. Outro questionamento levantado foi em relação ao número de crianças em situação de
52 trabalho infantil no ano de 2016, ressaltando certa dificuldade em mensurar algumas situações, em
53 especial por que muitas crianças são de municípios vizinhos. Algumas palavras utilizadas no
54 questionário tais como: *parceria*, *averiguação*, *notificação*, foram muito questionadas dentro do
55 contexto e ponto de vista jurídico. O fato será motivo de informação e esclarecimento junto a
56 Fundação Abrinq. Outro fato que chamou muita atenção e lembrado pelo Senhor Edmir, presidente
57 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é que nos questionário não há

58 nenhuma referência a situações de inclusão e nem saúde mental de crianças e adolescentes, assunto
59 último que já foi falado para a Fundação Abrinq, no seminário que ocorreu na cidade de São Paulo no
60 mês de Setembro do ano anterior. Durante a análise, em especial do questionário de proteção em
61 situações de risco, foram feitas muitas indagações que vão ser enviadas a Fundação, para
62 conhecimento e possíveis esclarecimentos, com a finalidade de se chegar a um denominador
63 comum que, muito além de particularidades, tem por objetivo beneficiar/enxergar como as
64 questões relativas a crianças e adolescentes estão sendo encaminhadas no município, não só
65 pelas secretarias e autarquias, mas também outros órgãos, conselhos e afins. Posto isto, a
66 partir das análises dos mapas, ficou acordado que após término e consolidação dos mesmos,
67 serão enviados em sua totalidade para os membros da comissão, colaboradores e para as saaf
68 das secretarias envolvidas para que o maior número de pessoas tenham uma visão do todo e
69 não apenas restrito a sua área de atuação. Após todas as explanações, sem mais nada a
70 discutir foi encerrada a reunião, eu Camila Rocha Muheison que secretariei a presente, lavrei
71 a ata que será enviada a todos os participantes, para que tenha ciência e possa ser publicada.
72 Santos, 19 de janeiro de 2018.